



Grupo fundador da Rede dos Defensores dos Direitos Humanos de Moçambique

## Rede de defensores de Direitos Humanos em Moçambique

O mundo celebrou, a 09 de Dezembro, o Dia Internacional dos Defensores dos Direitos Humanos, uma data instituída para reconhecer o trabalho de milhares de pessoas, em todo o mundo, que trabalham para a promoção e defesa dos Direitos Humanos. “Defensores dos direitos humanos” é um termo utilizado para descrever as pessoas que, individualmente ou em grupo, intervêm para promover e proteger os direitos humanos. Não existe uma definição específica de quem é ou pode ser defensor dos direitos humanos. A Declaração<sup>1</sup> dos defensores direitos humanos faz referência à “ indivíduos, grupos e associações (...) que contribuem para a eliminação efectiva de todas as formas de violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas e indivíduos”.

De acordo com essa ampla categorização, defensor dos direitos humanos pode ser qualquer pessoa ou grupo de pessoas trabalhando para a promoção dos direitos humanos, desde organizações intergovernamentais baseadas nas maiores cidades mundiais aos indivíduos trabalhando em suas comunidades locais. Os defensores podem ser de qualquer género, idade, de qualquer parte do mundo e de todo tipo de qualificações profissionais.

Em muitos contextos, os defensores de direitos humanos realizam o seu trabalho em condições de risco de vida. Por isso, a Declaração<sup>2</sup> das Nações Unidas sobre as pessoas defensoras dos Direitos Humanos pede aos Estados para apoiarem e defender essas pessoas. Foi dentro deste contexto que o Centro para Democracia e Desenvolvimento

<sup>1</sup> [http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a\\_pdf/303\\_manual\\_defensores\\_dh.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/303_manual_defensores_dh.pdf)  
<sup>2</sup> [http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a\\_pdf/303\\_manual\\_defensores\\_dh.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/303_manual_defensores_dh.pdf)

(CDD) e a Southern Africa Human Rights Defenders Network (SAHRDN) organizaram em Maputo uma mesa redonda inclusiva para celebrar a data, refletir e promover o reconhecimento dos defensores

dos direitos humanos como um grupo vulnerável. Como parte dos esforços para o estabelecimento da Rede de Defensores dos Direitos Humanos em Moçambique.

**E**m notas introdutórias, o director do CDD, Prof. Adriano Nuvunga, fez o enquadramento da reflexão, defendendo que este grupo de activistas, tão necessário quanto fundamental para o processo de democratização e desenvolvimento do país, merece reconhecimento e protecção do Estado e dirigindo-se ao Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Nuvunga lembrou que o âmbito do trabalho daquele órgão estatal não devia limitar-se apenas à verificação dos prazos de prisão preventiva dos detidos e das condições de reclusão, mas devia incluir também a protecção dos defensores de Direitos Humanos. “É preciso que a comissão olhe para os defensores dos Direitos Humanos como pessoas que lutam contra o fechamento dos espaços democráticos”.

Aos próprios defensores de direitos humanos, Nuvunga chamou à atenção da necessidade de maior coesão e consciência de grupo: “Este encontro deve marcar o antes e o depois. Temos que abandonar o antes, aquele período em que perante um ataque contra um defensor dos Direitos Humanos limitávamo-nos a lamentar e íamos dormir descansados ou até beber uma cerveja, relaxados. Foi assim quando assassinaram o Carlos Cardoso; o Siba Siba Macuacua; Prof. Giles Cistac; atacaram o Professor Macuane; atacaram ao Ericino de Salema e, agora, assassinaram barbaramente o Anastácio Matalvel. Não podemos continuar assim, tempos que mudar para a fase em que o ataque contra um defensor dos Direitos Humanos é um ataque contra todos nós. Se atacam um, atacaram a todos, porque no fundo aquela pessoa só serviu de porta de entrada. O objectivo deles é atacar a todos os defensores dos Direitos Humanos”.

Este ano, o Dia Internacional dos Defen-



**Prof. Adriano Nuvunga**, Director do CDD

sos dos Direitos Humanos é celebrado a pouco mais de um mês da investidura do Presidente da República, eleito nas eleições de 15 de Outubro. O assunto não passou de lado na intervenção do director do CDD. Nuvunga disse que o Governo que vai tomar posse em Janeiro resulta das eleições mais fraudulentas e violentas de que há memória. “Quase todos os governos dos últimos anos saíram de eleições fraudulentas, mas, desta vez, a violação da liberdade de escolha dos cidadãos, enquanto princípio fundamental da democracia, foi gravíssima”, explicou. Na mesma senda, Nuvunga criticou as organizações da sociedade civil que, nos seus relatórios de observação eleitoral, afirmaram que as eleições tinham sido livres, justas e transparentes. As críticas foram extensivas àquelas organizações que, apesar de terem admitido que as eleições foram marcadas por diversas irregularidades, defenderam que a vitória da Frelimo e do seu candidato Filipe Nyusi era inquestionável.

## BITONE DIZ QUE OS COMISSÁRIOS DA CNDH TAMBÉM SOFREM AMEAÇAS

O Presidente da CNDH foi ao pódio para falar da situação dos Direitos Humanos em Moçambique. Na sua intervenção, Luís Bitone disse que, do ponto de vista formal, Moçambique pode ser considerado como sendo um exemplo de país que fez a incorporação dos instrumentos internacionais de defesa e promoção dos Direitos Humanos. Como exemplos, Bitone falou da existência de um quadro legal de promoção dos Direitos Humanos e de instituições públicas que trabalham na área dos Direitos Humanos. “Temos também, ao nível do ensino superior, algumas instituições que leccionam cursos sobre Direitos Humanos, o que eleva a consciência das pessoas sobre a importância desta temática” disse.

Ainda assim, o presidente da CNDH deixou claro que entre o que está escrito e a prática vai uma grande distância, ou “um fosso muito grande”, para usar as suas próprias palavras. “As políticas públicas não assumem o que está na legislação; as instituições públicas ligadas aos Direitos Humanos são pouco actantes e no poder judiciário há pouco domínio de matérias sobre Direitos Humanos. Em 2018 recebemos 15 casos de pessoas que procuravam pela protecção, mas como instituição não conseguimos dar respostas satisfatórias. O

máximo que fizemos foi aconselhar as pessoas a procurar apoio nas instituições internacionais, como a União Europeia e a Human Rights Watch. Como Comissão Nacional dos Direitos Humanos defendemos vivamente a instalação de mecanismo de protecção dos defensores dos Direitos Humanos em Moçambique. Os nossos comissários também precisam de protecção, pois constituem um grupo vulnerável que enfrenta vários tipos de riscos no seu trabalho”.

Bitone contou que em Junho deste ano os comissários da CNDH que estiveram a trabalhar em Macomia, Mocimboa da Praia e Palma, distritos que sofrem ataques armados em Cabo Delgado, foram intimidados e impedidos de chegar a certas zonas de conflito devido à falta de condições de segurança.



**Dr. Luís Bitone**, Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos

## “CONTRARIAR NORMAS SOCIAIS SOBRE GÉNERO COLOCA-NOS NUMA SITUAÇÃO COMPLICADA”

A Presidente do Fórum Mulher falou da “situação dos defensores dos direitos das mulheres” em Moçambique. Nzira de Deus começou por lamentar o fechamento dos espaços de participação activa e a repressão de activistas dos Direitos Humanos em Moçambique. “Nós temos o desafio de elevar as mulheres como sujeitos de plenos direitos. Aparecemos na sociedade a contrariar as normas sociais sobre género, o que nos coloca numa situação complicada. São poucas as pessoas que estão dispostas a apoiar as nossas lutas e isso acontece mesmo nas organizações da sociedade civil. Tivemos a nossa colega que sofreu ameaças de violação sexual feitas por uma deputada da Assembleia da República. Quem estaria disponível para marchar e exigir a perda do mandato daquela deputada da Frelimo?”

Segundo a activista, o Estado, muitas vezes, aparece como o principal inimigo dos Direitos Humanos em Moçambique, devido à actuação da Polícia. Para além do Estado, a família constitui também uma esfera na qual os direitos das mulheres são violados. Nzira de Deus contou que, muitas activistas dos direitos das mulheres, sentem-se desmotivadas e intimidadas a continuar com o seu trabalho. A presidente do Fórum Mulher contou



Nzira de Deus, Directora do Fórum Mulher

episódios de mulheres que se viram obrigadas a mudar de residência para garantir a sua segurança e dos seus familiares. “São mulheres que sofrem constantemente ameaças devido ao trabalho que fazem nas comunidades. E as ameaças chegam de todos os lados: da família, da comunidade e das autoridades locais. Os próprios agentes do Estado que deviam prover segurança às mulheres defensoras dos direitos humanos tornaram-se inimigos”.

## FORCOM FALA DE GRAVES VIOLAÇÕES DAS LIBERDADES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Naldo Chivite participou na mesa redonda em representação do Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM). Pela natureza do trabalho da FORCOM, que resume-se essencialmente na monitoria da governação local, as rádios comunitárias têm sido alvo de controlo político por parte dos administradores dos distritos. A maioria das rádios comunitárias estão instaladas em zonas recônditas e de difícil acesso, sem condições de segurança para os jornalistas locais. Chivite relatou vários ataques contra as liberdades de expressão e de imprensa protagonizadas por representantes de governos distritais, em conluio com a Polícia.

“Temos vários casos de ameaças e intimidação dos nossos jornalistas das Rádios Comunitárias. Sempre que tomamos conhecimento de um pro-



Naldo Chivite, FORCOM

blema numa rádio comunitária, saímos de Maputo para o local. E fazemos sem nenhuma protecção, mas sentimo-nos na obrigação de ir até ao local para confortar os colegas. As ameaças incluem a detenção de jornalistas, a violação da sua integridade física e o encerramento de rádios. Temos vários casos de colegas que devido às ameaças constantes tiveram que mandar as suas famílias para outras zonas como forma de garantir a sua segurança. Não há segurança nem protecção para os jornalistas das rádios comunitárias”.

Além de fiscalizar a governação local, as rádios comunitárias têm tido um papel relevante na monitoria dos processos eleitorais, sobretudo nas zonas onde os grandes grupos de media dificilmente conseguem cobrir. Esse engajamento das rádios comunitárias no processo eleitoral não é bem visto pelo partido Frelimo, que muitas vezes recorre aos esquemas de fraude para ganhar as eleições. “A Rádio Encontro de Nampula é uma das mais

activas na cobertura e fiscalização de processos eleitorais. Fez um trabalho brilhante nas eleições intercalares do município de Nampula, denunciando, em primeira mão, várias irregularidades que iam acontecendo. E por tratar-se de uma rádio que incomoda o poder, os jornalistas da Rádio Encontro tiveram dificuldades para credenciação nas eleições de 15 de Outubro. Mandamos o expediente de todas as rádios comunitárias de Nampula para os órgãos eleitorais, mas, houve muita resistência para credenciar os jornalistas da Rádio Encontro”, contou Chivite.

O activista disse já ter sido vítima de ameaças durante as eleições intercalares de Nampula: “fui acusado de ter divulgado resultados eleitorais que davam vantagem ao partido Renamo. A minha esposa trabalha na Assembleia da República e sempre que apareço na televisão a falar, ela é interpelada nos corredores. Várias vezes foi informada que jamais seria promovida devido ao comportamento do marido”.

## “JORNALISTAS PREFEREM NÃO REPORTAR AMEAÇAS POR MEDO”

Em representação do Misa Moçambique, o jornalista Lázaro Mabunda, ao descrever a situação da liberdade de imprensa, deixou claro que 2019 foi um dos anos mais difíceis para os jornalistas. Entretanto, foram poucos os casos reportados ao Misa-Moçambique, isso porque os jornalistas preferem o silêncio que denunciar situações de ameaças. “Há um ambiente de medo entre os jornalistas e os defensores dos Direitos Humanos. Muitos preferem não denunciar as ameaças que sofrem, por medo. E as ameaças chegam de várias formas: de colegas jornalistas, família ou amigos que se aproximam e dizem que é melhor parar com a investigação. Outros dizem mesmo que é melhor parar antes de ser morto. É raro publicar um trabalho de investigação que expõe pessoas ligadas ao poder e receber encorajamento para continuar. As pessoas elogiam, mas, depois aconselham a parar. Passamos por isso quando estávamos a seguir os antecedentes do assassinato do activista Anastácio Matavel. O que deveríamos e devemos fazer é encorajar os colegas a continuarem com o seu trabalho e não os intimidar”, defendeu o jornalista Mabunda.

O medo dos jornalistas aumenta devido à falta de mecanismos de protecção, sobretudo em ambientes de extrema violência. “Em Estados onde os corruptos não são responsabilizados, eles tendem



Lázaro Mabunda, Jornalista, Misa-Moçambique

a radicalizar-se e a atacar os seus críticos”. A falta de segurança para os jornalistas que trabalham em zonas de conflitos é outra questão levantada por Mabunda que citou o caso de Cabo Delgado, onde nenhum jornalista está no terreno a relatar ou a investigar a insurgência que já causou centenas de mortos desde Outubro de 2017. “Este ano foram detidos dois jornalistas, nomeadamente Amade Aboubacar e Germano Adriano. Há ainda o caso de um jornalista de nacionalidade zimbabweana que foi detido em Cabo Delgado.

Em 2018, houve o caso da detenção do fotojornalista Estácio Váloi e o pesquisador da Amnistia Internacional, David Matsinhe. Perante tanta violência contra profissionais de comunicação social,

Mabunda resumiu a situação afirmando que “os jornalistas caminham num campo minado à noite”.

Centrando a sua abordagem nas últimas eleições presidenciais, legislativas e provinciais, Mabunda disse que o Governo da Frelimo exerceu um grande controlo sobre os órgãos de informação privados. Para tal, o executivo recorreu à injeções financeiras através de publicidade nunca antes vista nos órgãos privados. “Nestas eleições tivemos vários problemas, mas não foram reportados pelos grandes órgãos de informação privados. E aqui nem vale a pena falar do comportamento dos órgãos públicos, pois é sabido que estes tornaram-se em instrumentos de propaganda política do partido no poder”.

## “NÃO SOMOS VULNERÁVEIS, SOMOS UM GRUPO FORTE QUE AMEAÇA O STATUS QUO”

A activista que luta pelos direitos das comunidades à terra, Alda Salomão, deu o testemunho sobre a situação dos defensores dos Direitos Humanos no sector dos recursos naturais. Na sua intervenção, começou por defender que ser activista dos Direitos Humanos é uma questão pessoal e que não deve depender de agendas. “Ou se é activista ou não é. É uma questão pessoal e não se impõe: ou avançamos ou não avançamos, mesmo perante ameaças ou chamadas de atenção da família sobre a necessidade de termos mais cuidado”.

Pelo seu papel na defesa dos direitos das comunidades, Alda Salomão já foi escoltada por polícias armados até à esquadra de Palma onde foi interrogada. Mesmo assim, ela não considera que os activistas dos Direitos Humanos sejam um grupo vulnerável.

“Nós não somos um grupo vulnerável, nós somos um grupo forte que constitui uma ameaça ao status quo. Se considerarmo-nos vulneráveis, fragiliza-nos psicologicamente. Temos sim que definir estratégias para nos protegermos, mas nunca devemos dar sinais de que estamos com medo ou enfraquecidos. Mesmo nessa estratégia de protecção, devemos deixar claro contra quem queremos nos proteger. Eu sou comissária da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, mas quando estou a trabalhar como activista da sociedade civil travo discussões com as instituições de



**Alda Salomão,**  
Comissária Nacional dos Direitos Humanos/Diretora da Tindzila

Estado. Então temos que saber quem são os representantes do Estado que ameaçam e intimidam os defensores dos Direitos Humanos. Certamente são pessoas que têm interesses políticos e económicos particulares e que usam os meios do Estado para nos ameaçar, intimidar, perseguir e impedir de fazermos o nosso trabalho”.

Alda Salomão defendeu ainda que qualquer

agenda dos Direitos Humanos só terá sucesso se a sociedade tiver a consciência da sua importância. “A nossa melhor arma é massificar os Direitos Humanos para que todo o cidadão saiba articular esses direitos”, disse a activista, acrescentando que os Direitos Humanos não devem ser apenas assunto das organizações da sociedade civil. “Temos uma fragilidade a nível social, pois a nossa população não domina os Direitos Humanos”.

## “TEMOS QUE APROVEITAR OS HOMENS E AS MULHERES QUE TÊM CORAGEM DE DIZER AS COISAS”

Ricardo Moresse que preside a Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique esteve na mesa redonda para relatar a situação dos defensores das pessoas portadoras de deficiência. Para além das dificuldades de acesso a várias instituições públicas e privadas, Moresse disse que as pessoas com deficiência enfrentam problemas de aquisição de meios de compensação.

“Nos últimos anos, temos lutado para conseguir isenções na importação de meios de compensação. Temos tido doações de meios, mas enfrentamos dificuldades para conseguir isenções na importação dessa ajuda. As autoridades dizem que anualmente devemos mandar uma lista de meios que queremos importar, mas isso não é possível definir à partida. Dependemos mais de doações por isso não é fácil saber logo no início do ano que tipo de doação teremos”, explicou Moresse.

Quanto ao mecanismo de protecção dos defensores dos Direitos Humanos, Moresse defendeu que é preciso avançar com uma proposta legislativa para a sua criação. “Temos que aproveitar alguns homens e algumas mulheres que têm a coragem de dizer as coisas pelos seus próprios nomes para avançarmos com a proposta”, acrescentou.



**Ricardo Moresse**, Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique

## A FALTA DE REGISTO OFICIAL DA LAMBDA AUMENTA A VULNERABILIDADE DOS LGBT

Danilo da Silva, presidente da LAMBDA, foi ao pódio falar da situação dos defensores dos Direitos Humanos da comunidade LGBT. Uma comunidade que há mais de 10 anos luta para conseguir um registo oficial junto do governo como associação. “Moçambique tem um quadro legal favorável ao registo de associações LGBT e o Conselho Constitucional clarificou que nada impede o reconhecimento legal da LAMBDA. Mas, já passam 11 anos e ainda não temos o registo e nem uma resposta oficial. Se o Estado não reconhece a LAMBDA, aumenta a vulnerabilidade dos membros da comunidade LGBT, sobretudo das pessoas que dirigem a organização. O reconhecimento oficial promoveria um clima de respeito e defesa das diferenças, protegeria a dignidade humana. Somos mais de 280 pessoas espalhadas pelo país, temos escritórios, temos colaboradores, criamos emprego para muitas pessoas, mas não sabemos o que pode acontecer amanhã. A LAMBDA tem NUIT e paga impostos: anualmente contribuímos com cerca de 12 milhões de meticais para os cofres do Estado. Quando vamos pagar impostos na recebedoria do Estado, ninguém nos questiona se o dinheiro que tiramos é de gays ou de lésbicas.”



Danilo da Silva, Presidente da LAMBDA

Danilo da Silva lamentou a situação e disse que a falta de registo não permite à LAMBDA proteger os defensores das pessoas LGBT. E concluiu dizendo que: “A questão de fundo não tem que ver com o gostar ou não de gays e lésbicas, a questão de fundo tem que ver com a necessidade de respeitar a Constituição da República”. O presidente da LAMBDA chamou à atenção dos defensores dos Direitos Humanos para a necessidade de serem vigilantes em relação ao processo de revisão da lei das associações.

## PRECISAMOS DE PARTIR PARA ACÇÃO, PORQUE JÁ CONHECEMOS O CONTEXTO

“Temos pessoas, capacidade e conhecimento técnico para partirmos para a ação”, afirmou Cidia Chissungu, Directora de Impacto Social Be Girl Moçambique, acrescentando ainda que “os tempos que ainda estão por vir serão piores”. A activista considerou o facto de várias pessoas ou organizações que faziam parte do evento organizado pelo CDD e SAHRDN já terem sido vítimas de violência física, intimidações e ameaças devido à causa da defesa dos Direitos Humanos. Recorrendo a este facto ela conclui que as organizações já têm uma análise de contexto perfeita para todos os sectores, e, por via disto precisam de partir para a acção.

A activista considera que o grande desafio que as Organizações da Sociedade Civil defensoras de Direitos Humanos têm é de fazer parceria com mais doadores, porque para as organizações funcionarem precisam de recursos. Quase



Cidia Chissungu, Directora de Impacto Social Be Girl Moçambique

todas as organizações que fizeram parte do evento, segundo a activista, são financiadas pelo Programa Girl, que teve um papel importante nos debates sobre a defesa dos Direitos Humanos.

## DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS TORNOU-SE NA ACTIVIDADE MAIS PERIGOSA EM MOÇAMBIQUE

Aumenta cada vez mais, o nível de perseguições e violência às pessoas que trabalham com assuntos ligados aos Direitos Humanos, afirma Dra. Augusta Almeida, representante do CESC. A activista partilhou a experiência vivida por ela e os seus co-colaboradores na província de Gaza, Cidade de Xai-Xai, quando o activista Anastácio Matavel foi assassinado pelos agentes do Estado, particularmente aqueles que tem por obrigação zelar pela segurança dos cidadãos.

O assassinato de Matavel, com dez tiros, que consequentemente deixaram as suas pernas divididas mostra o quanto o regime desrespeita o tema dos Direitos Humanos e por via disso, poderia ser o momento em que nós poderíamos desistir do trabalho, porém, “reunimos esforços para continuarmos com a formação, que só viria a terminar às 17h:30 horas, quando, na verdade, deveria ter terminado às 14:00 horas, no entanto tal não aconteceu devido às diversas paragens que o evento foi tendo.

A única forma de fazer homenagem ao Matavel foi dar continuidade ao evento que ele próprio levava a cabo, nomeadamente, ele almejava eleições livres, justas e transparentes. Significa isto que “estamos a



Augusta Almeida, CESC

ser combatidos de todos lados pelo Estado, dado que foram agentes da polícia que o assassinaram, porém, não nos podemos intimidar com isto”.

Aquela forma tão violenta de lhe colocar o fim foi uma mensagem destinada à sociedade e não a ele singularmente. Não obstante, é necessário que os defensores dos Direitos Humanos continuem com o seu trabalho, apesar de este ir contra a vontade do regime.



Prof. João Pereira, Director da Fundação MASC

## DISPUTA DE RECURSOS MINA RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES

Em Moçambique é fácil dizermos que temos unidades defensoras dos Direitos Humanos, como a Ordem dos advogados e outras unidades de justiça, porém, quando chega a hora da verdade as mesmas já não querem fazer parte do assunto, afirmou Prof. Dr. João Pereira, Director da Fundação MASC. O assunto da violação dos Direitos Humanos ocorre em grande escala nas províncias, nomeadamente ao nível dos distritos e das localidades, como por exemplo, a situação desumana que ocorre nas cadeias das zonas de Macomia, Mocímboa da Praia, etc.

O activista deu exemplo da detenção em

Cabo Delgado de mobilizadores do MASC no distrito de Macomia que foram capturados pelas Forças de Defesa e Segurança. Houve grandes dificuldades de aquelas pessoas saírem daquelas unidades para as mãos de justiça. Para aquele activista, é inacreditável que a violação dos Direitos Humanos ainda ocorra neste extremo, quarenta anos depois da independência do país. Para Pereira, a disfuncionalidade das estruturas de justiça neste país leva à conclusão de que chegou a hora

de acabarmos com as lamentações e criarmos uma estrutura operacional na defesa dos Direitos Humanos, mas, para que tal aconteça, é necessário identificarmos claramente com quem contamos neste processo. O outro aspecto importante é a eliminação de conflitualidade inter-organizacional que deriva de acesso aos recursos a qualquer preço, facto que mina de certa forma a relação de cooperação entre as organizações da Sociedade Civil.

## “NÃO É FÁCIL SER ACTIVISTA NUM PAÍS COMO MOÇAMBIQUE”

Fátima Mimbire recuou no tempo para contar que o seu activismo começou ainda na adolescência, quando integrou a geração “Biz” e fez parte de campanhas de doação de sangue. Seu activismo viria a ganhar novo impulso quando entrou para a universidade e para o jornalismo. Mas foi na sociedade civil, concretamente no CIP, onde percebeu que muita gente não entende o activismo em Moçambique. “As pessoas apelam ao nosso silêncio. São amigos, colegas e familiares que nos pedem para termos mais cuidado”.

Vítima de ameaças de violação sexual protagonizadas por uma deputada da Frelimo, Fátima Mimbire questionou até que ponto existe uma união entre os defensores dos Direitos Humanos no sentido de dar apoio necessário a quem precisa.

“Será que a sociedade civil é um espaço de activismo? Será que a sociedade civil é um espaço de lutas? Será que a sociedade civil está bem estruturada para poder amparar e proteger os defensores dos Direitos Humanos sempre que precisarem? Se não blindarmos o nosso espaço, qualquer mecanismo de protecção dos defensores dos Direitos Humanos não vai funcionar. Os ataques contra os defensores dos Direitos Humanos começaram a agudizar-se em 2016, quando eclodiram as dívidas ocultas. Fomos atacados, ameaçados e chamados de antipatriotas. E as ameaças evoluíram para o espaço virtual, sobretudo nas redes sociais. Há muita violência à nossa volta e só com união é que seremos capazes de lutar”.

Fátima Mimbire contou o assalto de que foi vítima na sua residência, onde os assaltantes só levaram consigo um computador portátil. “Morro numa rua sem saída e estou na penúltima casa.



Fátima Mimbire, Activista e coordenadora do FMO

Passaram 20 casas e foram à minha. Desactivaram as câmaras de vigilância da casa vizinha, entraram na minha casa e foram ao meu quarto desarrumar tudo. De todos os bens que um “ladão normal” poderia ter levado, eles só saíram com o laptop. Participamos o caso à Polícia e o SERNIC disse que está a investigar”. A activista terminou a sua intervenção defendendo, mais uma vez, há urgência da criação de um mecanismo de protecção dos Direitos Humanos, justificando que o Estado não oferece nenhuma segurança aos cidadãos e muito menos aos activistas.

## “ÀS VEZES LUTAMOS CONTRA NÓS MESMOS”

Ericino de Salema, director do EISA Moçambique, alertou para os perigos da falta de união entre os defensores dos Direitos Humanos. Aliás, o activista e jornalista deixou claro que o “inimigo” muitas vezes explora a falta de união para atacar os defensores dos Direitos Humanos. “Às vezes lutamos contra nós mesmos. É um problema muito sério que temos que evitar ao máximo. Nós não temos de gostar das pessoas que trabalharmos com elas. Temos é de respeitar as diferenças”. O director do EISA em Moçambique lembrou ainda do atentado de que foi vítima em Março de 2018 e disse que as pessoas que o atacaram estavam bem treinadas. Salema disse que a solidariedade demonstrada pelos defensores dos Direitos Humanos foi muito importante para a sua recuperação.

“Tive muita sorte porque os meus nervos ficaram intactos e tive pronto-socorro. Estava a perder muito sangue e se tivesse demorado mais algumas horas para ter socorro não sei o que seria de mim. A solidariedade é muito importante naqueles momentos. Imagino que há defensores dos Direitos Humanos a passaram ou que podem vir a passar por situações similares, mas sem ter pronto-socorro. Além da

## VIVEMOS NUMA SOCIEDADE TRADICIONALISTA QUE DESCONHECE OS DIREITOS HUMANOS

A partir do momento que se é mulher e se está a fazer o trabalho de defesa dos Direitos Humanos, sobretudo das mulheres, passa a estar-se sujeito a ouvir de tudo, na medida em que a sociedade na qual nós nos encontramos é totalmente tradicionalista, afirma a advogada, docente e rapper Ivete Mafundza. Quando as pessoas vêem uma mulher activista em Direitos Humanos, tentam barrar essa actividade. “Elas não vão ligar para ti, mas vão ligar para a tua mãe, para o teu chefe ou para teu marido, para estes te mandarem parar, dizendo que falas muito e que isto pode ter consequências”, afirmou. Quando a activista é uma mulher solteira dizem que é por ser confusa ou lésbica, e se é casada dizem que é confusa pelo facto



**Ericino de Salema**, Director do EISA Moçambique

solidariedade nacional, tive apoio fora do país, inclusive convites de trabalho e de formação no estrangeiro. Isso mostra que precisamos de uma rede de protecção dos defensores dos Direitos Humanos”.



**Ivete Mafundza**, advogada, docente e rapper

de o marido ser pacífico de mais.

Segundo a activista, o que os defensores dos Direitos Humanos devem fazer é caminhar para frente cientes de que sempre vão se deparar com todo tipo de problemas e de nomes difamatórios, como por exemplo, o apelo à violação sexual contra a activista Fátima Mimbire. É necessário que os defensores dos Direitos Humanos continuem a trabalhar, apesar de ser difícil e complicado, tentando, para o efeito, reforçar a segurança pessoal na sua residência, que pode ser através de uma vedação eléctrica, cães de guarda, câmaras de vigilância, excepto guardas, es-

tes que não podem mais ser confiados ultimamente.

Mafundza defendeu que os Defensores dos Direitos Humanos precisam de um código de conduta. As organizações da Sociedade Civil precisam de ter um código de conduta, vinculativo a todos os seus colaboradores, acrescentou Mafundza. O defensor de Direitos Humanos deve ser responsável e exemplar, isto é, não pode, por exemplo por um lado defender os Direitos Humanos e por outro lado, violentar a sua esposa. É necessário que estes sejam os primeiros a colocarem em exercício os princípios que defendem, concluiu.

## A DIAKONIA APRESENTA A INICIATIVA DE PROTECÇÃO DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Apesar de ainda não existir um mecanismo de protecção dos defensores dos Direitos Humanos, há iniciativas levadas a cabo pelos parceiros de cooperação. Uma delas é da Diakonia, cuja experiência foi relatada por William Mulhovo. O orador disse que além da Diakonia, o Programa AGIR já vem ajudando os defensores dos Direitos Humanos, através de várias iniciativas. “Nunca estaremos protegidos à 100%, mas temos de continuar a lutar pela protecção dos defensores dos Direitos Humanos”.

Como Diakonia, “vamos continuar a apoiar e a potenciar as organizações da sociedade civil na protecção dos defensores dos Direitos Humanos. Defendemos a criação do mecanismo de protecção dos defensores dos Direitos Humanos e temos vindo a desenvolver iniciativas nesse sentido. Mas, para tal temos de estarmos unidos”, disse William Mulhovo,



William Mulhovo, Diakonia

da Diakonia, uma das iniciativas que apoia as organizações da sociedade civil moçambicana que lutam pela protecção e promoção dos Direitos Humanos.

## OS MECANISMOS DE PROTECÇÃO DOS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS DEVEM TER EM CONTA A REALIDADE DE CADA PAÍS

Arnold Tsunga que dirige a Rede de protecção dos defensores dos Direitos Humanos na região da África Subsaariana, mais conhecida pela sigla SAHRDN, na sua intervenção, falou da importância da rede e das acções que têm sido desenvolvidas em prol da protecção dos defensores dos Direitos Humanos. Disse, por exemplo, que a intervenção da SAHRDN inclui até a transferência de activistas e da família de uma zona para outra ou mesmo de um país para outro, dependendo da situação.

“Em situações de emergência, nós criamos condições para tirar o defensor dos Direitos Humanos da zona onde habitualmente vive para uma outra relativamente segura. Há casos em que a transferência pode incluir a sua família. E quando a situação é grave, podemos até tirar o activista para fora do seu país. A criação de mecanismo de protecção dos Direitos Humanos é importante, mas esse processo deve ter em conta as especificidades de cada país. Não podemos pegar um modelo que funciona num determinado país e replicar num outro país. É preciso analisar a realidade de cada país”.



**Arnold Tsunga**, Chair da SAHRDN

A parceria com o CDD, desde a intervenção no delicado caso dos defensores dos direitos humanos detidos em Gaza, tem sido importantíssima. O CDD conhece o contexto e a sua liderança é credível perante o Estado e a sociedade moçambicana. Por isso, em tão pouco tempo, tivemos tantas intervenções efectivas com resultados tangíveis.

O CDD vai continuar a liderar o estabelecimento e fortalecimento da Rede dos Defensores de Direitos Humanos em Moçambique com o apoio da SAHRDN. Sabemos que há ainda muito por ser feito, mas o estabelecimento da Rede vai impulsionar rapidamente o ambiente de confiança no seio dos Defensores dos Direitos Humanos.



Ricardo Moresse; Ivete Mafundza e Alda Salomão



Nilla Ingstorp (Embaixada da Suécia)



Washington Katema (SAHRDN); Ilidio Nyantumbo; Tina Lorizzo; William Mulhovo



Denise Cruz; Arnold Tsunga ((SAHRDN); Fatima Mimbire



Washington Katema (SAHRDN);



Ivete Mafundza;



Emidio Beula



Ilidio Nyantumbo



Caroline Lopes (União Europeia)



Dr. Hilário Sabonete (IPAJ)



Elvira Matsinhe (Oxfam/AGIR)



Lázaro Mabunda (MISA), Naldo Chivite



Tina Lorizzo (Formar)



Caroline Lopes (União Europeia); Arnold Tsunga (SAHRDN); Adriano Nuvunga; Dr. Luis Bitone (Presidente CNDH)



Caroline Lopes (União Europeia); Arnold Tsunga (SAHRDN); Adriano Nuvunga



Boaventura Mucipo (SOICO); Adriano Nuvunga; Alda Salomão



Adriano Nuvunga e Naita Ussene (MediaCoop)



Caroline Lopes (União Europeia); Arnold Tsunga (SAHRDN)



## INFORMAÇÃO EDITORIAL

**Propriedade:** Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD)  
**Diretor:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Equipa:** Prof. Adriano Nuvunga, Ilídio Nhantumbo, Agostinho Machava, Denise Cruz, Isabel Macamo  
**Layout:** CDD

**Andereço:** Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop,  
Cidade de Maputo – Mozambique

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

## | Parceiros |



Program Partner

